

Contabilizar prejuízo é forma de pressão dos bancos dos EUA

Roberto Garcia
Correspondente

Washington — Os principais bancos credores do Brasil estão debatendo entre si as vantagens de reclassificar seus empréstimos ao país como perdas, pelo menos pelo período em que o pagamento dos juros que incidem sobre essa dívida continuar suspenso pelo governo Sarney. Na semana passada os dois maiores bancos americanos informaram que poderão tomar essa decisão nas próximas semanas. O Citicorp, que tem 3,9 bilhões de dólares em empréstimos ao Brasil, e o Bank of America, que emprestou 1,5 bilhão, declaram formalmente à comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos, Sec, que poderão fazer essa reclassificação já no fim deste mês.

A informação constava do Relatório que empresas americanas precisam registrar, junto à comissão de valores mobiliários trimestralmente ou nas vésperas do oferecimento de novas ações ao público. Analistas bancários explicaram que nenhum dos dois grandes bancos americanos precisava fazer a declaração na semana passada, uma vez que a lei só requer que eles notifiquem os prejuízos quando os juros deixam de ser recebidos por 90 dias. No caso do Citibank, que está para lançar 225 milhões de dólares em ações preferenciais no mercado nas próximas semanas, a medida poderia ser justificável. Mas no caso do Bank of America, que não está lançando ações no mercado, o gesto não foi imediatamente compreendido pelos analistas americanos.

Isso levou tais analistas a concluir que mais provavelmente a iniciativa dos dois grandes bancos faz parte de uma estratégia para pressionar o governo Sarney a acelerar as decisões que tornarão possível a abertura das negociações com seus credores. Desde que suspendeu os pagamentos de juros de sua dívida de longo prazo aos bancos estrangeiros, cada dia que passa força esses credores a lançar seus empréstimos como prejuízos ou a atender rapidamente as exigências de concessão por parte do governo brasileiro. Se mostrarem que estão dispostos a lançarem esses empréstimos como prejuízos e têm a solidez para agüentar os distúrbios resultantes dessa ação nos mer-

cados financeiros, os bancos transfeririam as pressões para o Brasil.

Nem o Citicorp nem o Bank of America afirmaram que isso é o que realmente vão fazer a 31 de março. Em suas declarações à SEC, limitaram-se a dizer que, se os pagamentos de juros continuarem suspensos pelo Brasil, serão forçados a reclassificar seus empréstimos para o país. Outros grandes bancos credores americanos recusaram-se a informar seus planos a respeito. Um porta-voz do Chase Manhattan Bank, que tem 2,74 bilhões de dólares em empréstimos ao Brasil, disse que "não vale a pena especular sobre as opções que estamos estudando atualmente". Um porta-voz do Manufacturers Hanover Trust, que tem 1,3 bilhão de dólares emprestados ao país, considerou qualquer discussão a respeito do assunto "prematura".

Segundo projeções feita pela empresa de investimento Keefe, Bruyette & Woods, no início deste mês, se os bancos americanos não receberem os juros devidos pelo Brasil neste ano, seus lucros cairão cerca de 17%. No caso do Citicorp, a suspensão de pagamentos poderá custar 50 milhões de dólares no primeiro trimestre e 190 milhões em 1987. No ano passado, os lucros do Citicorp foram um pouco superiores a 1 bilhão de dólares e quase um quarto deles resultaram dos empréstimos à América Latina, onde o Brasil é o maior cliente.

Se os dois bancos que insinuaram sua disposição de lançar os empréstimos brasileiros como prejuízos forem às últimas consequências, é muito provável que a maior parte dos outros grandes organismos privados de crédito dos Estados Unidos sejam também forçados pelo departamento do Tesouro a tomar o mesmo caminho. Tendo em vista essa possibilidade, empresas especializadas em classificar a solidez e rentabilidade das ações dos bancos estão baixando a nota que concede aos bancos americanos com empréstimos substanciais à América Latina. Thomas Hanley, diretor de pesquisa bancária da empresa Salomon Brothers disse ao *New York Times* que as previsões de lucros maiores que a média para os acionistas dos bancos americanos tiveram que ser revistas nas últimas semanas.

— No máximo, o nível de rendimento das ações dos bancos será igual ao da

média das ações das demais empresas — disse Hanley. Em Wall Street, ações da maior parte dos grandes bancos sofreram perdas leves na semana passada. As ações que mais perderam foram as do Bankers Trust e as do Morgan Guaranty Trust.

Embora estejam fazendo grande esforço para isolar o Brasil de outros grandes devedores do Terceiro Mundo, um desastre natural fez com que os bancos perdessem na semana passada os dois aliados preferidos entre esses países. Em virtude do terremoto que assolou o território equatoriano na semana passada, o presidente daquele país, León Febres Cordero, anunciou que suspenderia os pagamentos referentes aos 8,3 bilhões de sua dívida externa até o fim do ano e possivelmente por mais tempo ainda. Tanto o presidente Ronald Reagan quanto o secretário do Tesouro, James Baker, elogiaram profusamente o governo equatoriano na última reunião anual do FMI em Washington, em setembro passado, por adesão irrestrita à receita ortodoxa para resolver a crise da dívida.

O esforço do governo americano e dos bancos para concluir rapidamente as negociações de reescalonamento da dívida de outros países importantes como a Argentina e as Filipinas ainda não foi bem sucedido. Com o temor de que o governo Alfonsín também suspendesse os pagamentos de juros, o Secretário do Tesouro autorizou um empréstimo ponte para a Argentina depois de quatro minutos de conversa com o ministro da Fazenda daquele país, Mario Brodherson.

Na reunião anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento que abre amanhã em Miami, tanto altos funcionários dos governos credores e devedores quanto dos bancos privados de todo o mundo que financiam a América Latina terão uma oportunidade para discutir intensamente o problema da dívida.

Aparentemente os bancos americanos credores do Brasil tomarão uma decisão nos próximos dias levando em conta suas discussões com os governos de outros países e as medidas que o governo Sarney está tomando para sanear a economia e alcançar um conselho interno sobre a melhor forma de enfrentar a crise da dívida.